

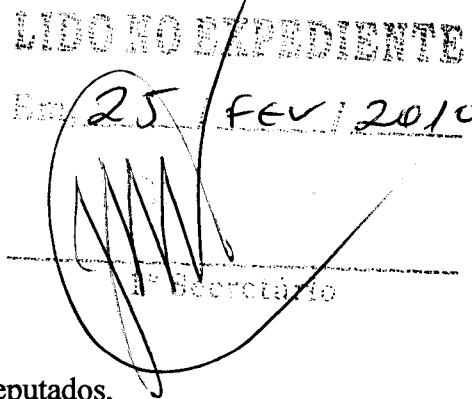


**Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak**

**MENSAGEM Nº 013 IGG**

**Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí  
**NESTA CAPITAL**



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que **“Dispõe sobre a criação do Programa Alimentação de Qualidade, fazendo com que restaurantes, lanchonetes e afins, que possuam mais de 40(quarenta) mesas para atendimento ao público”, contratem nutricionistas no âmbito do Estado do Piauí**”, pelas razões que seguem:

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral do Estado assim se pronunciou:

*“A Constituição Federal, no seu art. 30, inciso I, assim estabelece:*

***“Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;”***

*Ainda a Carta Magna Federal, no seu art. 29, caput, é clara ao definir:*

***“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:”***

*Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Teresina, ao tratar da competência municipal, o faz da forma seguinte:*

***“Art. 12. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da sua população, cabendo-lhe privativamente, as seguintes atribuições:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse social;***

***...***

***VIII - conceder licença para:***

***a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;***

Raimundo Moacyr Reis de Freitas  
Secretário Geral da Mesa



**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

...  
**IX – fiscalizar, nos locais de venda, o peso, as medidas e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios;**

*A mesma norma municipal, no seu art. 13, inciso X é taxativa ao afirmar:*

**“Art. 13. Ao Município compete, em comum com o Estado e a União:**

...  
**X - manter a fiscalização sanitária dos estabelecimentos hoteleiros, de vendas de produtos alimentícios, bem como as habitações;”**

*Pela análise dos dispositivos legais, infere-se que não é admissível a ingerência do Estado em matéria que diga respeito ao funcionamento ou supervisão de restaurantes, lanchonetes e afins, como mencionado no projeto de lei sob exame.*

*Assim, embora não se possa deixar de louvar a iniciativa do legislador que pretendeu de qualquer forma, imprimir melhor padrão de qualidade aos serviços que menciona e, mais ainda, propiciar mercado de trabalho para a categoria profissional dos nutricionistas, não se pode deixar de observar que o projeto é manifestamente inconstitucional.”*

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.



**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Governador do Estado do Piauí



## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 09 / 03 / 2010

Pioagis  
Conceição de Maria Lages Ribeiro  
Chefe do Núcleo de Comissões Legais

Ao Deputado Wilson

Brandão  
para relatar.

Em 09 / 03 / 2010

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

1

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**VETO**

**MENSAGEM 013**

**PROCESSO AL – 243/10**

**AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**RELATOR: DEP. WILSON BRANDÃO**

**I - RELATÓRIO**

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhado a esta relatoria para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a matéria que está sujeita a disposições especiais, pois trata-se de veto nos termos do art. 78, § 1º e 102, Inciso XIV da Constituição Estadual, combinado com o art. 197 e 198 do Regimento Interno, que será apreciado dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 78, § 4º, da Constituição Estadual.

Em sua mensagem o Governador cita os seguintes fatos:

A Constituição Federal, no seu art. 30, inciso I, assim estabelece:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Teresina, ao tratar da competência municipal, o faz da forma seguinte:

Art. 12. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da sua população, cabendo-lhe privativamente, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse social;

.....

VIII – conceder licença para:

a) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

Pela análise dos dispositivos legais, infere-se que não é admissível a ingerência do Estado em matéria que diga respeito ao funcionamento ou supervisão de restaurantes, lanchonetes e afins, , razões pelas quais foi vetado totalmente o projeto, por inconstitucionalidade.



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

2

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório somos de parecer favorável à manutenção do veto nos termos do Parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS.. DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 06 de abril de 2010.

  
Dep. **WILSON BRANDÃO**  
Relator

MAIORIA

13	04	2010
Presidente de Comissão de		
Justiça		



obs: voto contrário  
do Dep Edson  
Ferreira

Antônio Filho  
}  
Liliane